



Alencar Monteiro

O Centrão e o Grupo dos 32 negociam os temas polêmicos e prevêem consenso

Centrão e 32 tentarão chegar a acordo hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Centrão e Grupo dos 32 promovem hoje a terceira rodada de negociações para estabelecer estratégias conjuntas de votação no plenário da Constituinte. Ontem, já foram realizados os dois primeiros encontros, e, segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), há consenso sobre cerca de 70% do projeto apresentado pelo Centrão. Sandra diz que, em breve, haverá acordo sobre a questão da estabilidade. Também estão em negociação a jornada de trabalho, o direito de greve, a imprescritibilidade do direito de reclamação contra a empresa, a definição de empresa nacional e a reforma agrária.

Sandra explicou que a emenda

do Centrão absorveu muitos pontos defendidos pelo Grupo dos 32, o que permitirá à Constituinte produzir um texto "moderno e bem elaborado", ao contrário do "monstro de direita radical que muitos anunciam". Ela lembrou que o projeto Hércules IV, elaborado pelo Grupo dos 32, funcionou como um "amortecedor" para os prováveis conflitos com o Centrão.

Uma das questões mais polêmicas é a da estabilidade. O texto em negociação estabelece que, nos casos de dispensa arbitrária ou sem justa causa, haverá indenização compensatória. Quanto ao valor da indenização, a proposta mais apoiada é a do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que propõe 40% do FGTS, além da liberação do próprio fundo.

As negociações iniciam que sairá vencedora a proposta do Grupo dos 32 sobre jornada de trabalho, que estabelece média mensal de 44 horas semanais, segundo acordo com o empregador. Sobre a prescrição da reclamação trabalhista, a proposta eleita deve ser a que estabelece que o trabalhador tem cinco anos para reclamar a partir do ato de lesão, se permanecer na empresa, e até dois anos após sair dela. Na questão da reforma agrária, o acordo deverá ser baseado na emenda apresentada pelo deputado Carlos Virgílio (PDS-CE), que diz que são insuscetíveis à desapropriação os imóveis rurais que cumprem função social, bem como pequenas e médias propriedades trabalhadas pela família, cujos donos não possuam outros imóveis.

Cabral acolhe o fim do monopólio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O monopólio da distribuição dos derivados de petróleo, tornado exclusivo para empresas de capital nacional na votação da Comissão de Sistematização, levou o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a dar pareceres favoráveis às oito emendas individuais apresentadas em plenário, embora essas emendas tenham posições diferentes sobre o assunto.

Assim é que Bernardo Cabral deu pareceres favoráveis às emendas do senador Albano Franco (PMDB-SE), que foi a primeira emenda pro-

tolocada, e dos deputados Gilson Machado (PFL-PE), Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Francisco Rossi (PTB-SP), que eliminam o monopólio nacional; às emendas dos deputados Amaury Muller (PDT-RS) e José Luis de Sá (PL-RJ), favoráveis à nacionalização na distribuição do petróleo, e às emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que encaminham uma solução para a lei ordinária. Bernardo Cabral deu pareceres favoráveis a 421 das 2.023 emendas apresentadas (sendo 29 emendas coletivas ou substitutivas e dentre elas, dez de autoria do Centrão).

Monarquia pode ir a plebiscito

O regime republicano, no Brasil, é resultado de um golpe militar. A República foi proclamada com caráter provisório, mas ainda assim dura até hoje. A tese é do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), que ontem distribuiu nota à imprensa comunicando o acolhimento, pelo relator da nova Constituição, Bernardo Cabral, da emenda de sua autoria definindo que, em 1993, o eleitorado brasileiro deverá optar em plebiscito não apenas entre o presidencialismo e o parlamentarismo, mas entre o parlamentarismo republicano e o monárquico.

Apoio aos cinco anos dá direito a privilégios

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney recomendou aos ministros, nas duas reuniões que realizou esta semana no Palácio da Alvorada, tratamento "diferenciado e privilegiado" aos 317 constituintes que assinaram a emenda do deputado Matheus Iensen, de fixação do mandato em cinco anos.

A informação foi confirmada ontem no Palácio do Planalto, acrescentando que Sarney passou para um plano secundário a inversão da pauta da Constituinte, defendida por alguns parlamentares que querem ver logo definidos o sistema de governo e o mandato do atual presidente. O próprio Sarney concluiu que a tese da inversão não encontra consenso até em seu estreito grupo de relacionamento, e decidiu mudar de tática, adotando a política de beneficiar os constituintes que subscreveram a emenda Matheus Iensen.

Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, o presidente Sarney encomendou à sua assessoria parlamentar um levantamento completo, por computador, das reivindicações pessoais e regionais de cada um dos

317 constituintes que assinaram a emenda Matheus Iensen.

Não existe problema regimental que impeça a inversão da pauta dos trabalhos da Constituinte para permitir a votação, em primeiro lugar, da duração do mandato do presidente Sarney e do futuro sistema de governo. A dificuldade que não escapa à avaliação do Palácio do Planalto, segundo apreciação feita ontem pelo assessor parlamentar Henrique Hargreaves, são os parlamentares, mesmo os ligados ao Centrão, que não concordam com a proposta.

Partindo dessa consideração, Henrique Hargreaves negou que o presidente Sarney esteja promovendo reuniões com seus ministros com o objetivo de pressionar a invenção da pauta. A discussão do momento, segundo o assessor, está em como manter o apoio do grupo que apóia o governo na Constituinte. Se este grupo se mantém coeso, pouco importa a ocasião da votação.

Na avaliação do Planalto, um prazo maior para a votação da duração do mandato poderá até contribuir para que o governo consiga arrematar mais adeptos. Henrique Hargreaves, por exemplo, acha que aqueles que assinaram a emenda do

deputado Mateus Iensen não voltarão atrás de sua decisão favorável aos cinco anos para o presidente. De qualquer forma, os ministérios não deverão descurar da atenção a esses parlamentares.

Ontem, depois da posse do novo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, comentou a possibilidade de surgir um requerimento em defesa da inversão da pauta. Ele, assim como Hargreaves, não tem certeza de que será possível conseguir 280 votos em favor dessa proposta. "Cada cabeça é um mundo", foi o ditado popular que o deputado usou para explicar porque o Centrão reuniu 320 assinaturas na emenda Mateus Iensen e não poderia garantir agora 280 votos.

De acordo com Henrique Hargreaves, o governo não está convencido das vantagens de um trabalho em favor da definição já, da duração do mandato do presidente Sarney, junto com o futuro sistema de governo. O planalto, segundo o assessor, não acredita que contaria com a vontade dos parlamentares que assinaram a emenda Iensen, para correr o risco de um desgaste trabalhando pela inversão.

Medeiros nega interesse em acabar com a CUT

SERVIÇO LOCAL E
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, desmentiu ontem as informações publicadas por um jornal do Rio, de que integra um grupo de sindicalistas interessados em extinguir a CUT e a CGT. As declarações ao jornal foram prestadas pelo consultor do grupo, Aloísio Azevedo, mas Medeiros desautorizou qualquer comentário em seu nome. "Não tenho intermediários nem porta-voz. Quando preciso, faço diretamente", afirmou.

Medeiros explicou que é favorável ao fim do imposto sindical, uma proposta também encampada pela CUT e CGT. "Essa é uma reivindicação de toda a população", garantiu. O presidente do sindicato também disse que defende a despolitização das duas centrais sindicais, mas esclareceu que isso não significa extingui-las. Segundo ele, a notícia não tem o menor fundamento.

A notícia da posição dos líderes sindicais Luiz Medeiros e Antônio Magri, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, de extinguir a CUT e a CGT foi motivo de críticas dos constituintes que, independentemente de

posição ideológica, acreditam ser os próprios trabalhadores e não a Constituinte quem deva definir as organizações — já que se propõe a fazer um sindicalismo desatrelado.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, confessou-se assustado ao ser informado que os sindicalistas pretendiam fazer lobby na Constituinte que, conforme explicou, é um poder do Estado, um de seus componentes: "Quem tem de decidir se acaba com as centrais sindicais são os trabalhadores e não o Estado". Ele defende a mesma tese para as Confederações e Federações de Trabalhadores: os próprios trabalhadores devem decidir.

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) também não concorda com o encaminhamento anunciado. "Não é atribuição da Constituinte. Seu papel é o de definir regras gerais para organização da sociedade e não estabelecer modos de comportamento específicos." Ele diz que, com relação a esse tema, a Constituinte só deverá definir sobre duas hipóteses: sindical único por categoria ou pluralidade sindical. Tinoco avalia que a segunda alternativa é mais compatível com o princípio de liberdade de associação.

A antecipação, "uma aventura"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão já decidiu que não vai patrocinar a antecipação da votação de mandato do presidente José Sarney e sistema de governo a ser adotado a partir da promulgação da nova Constituição. A afirmação foi feita ontem por um dos líderes do grupo, deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) após explicar que "seria uma aventura o Centrão, criado para impedir a estatização do País estabelecida pela comissão de Sistematização, se arriscar a uma votação sobre dois temas em que não há consenso entre seus membros".

Roberto Jefferson explicou que em virtude das fortes pressões da última semana alguns dos líderes do Centrão, de plantão em Brasília, resolveram se reunir com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), no hospital onde se encontra internado, para discutir a questão. Por dez votos contra dois a cúpula do Centrão decidiu não antecipar a votação. Os votos contrários foram do próprio Jefferson e do senador Edison Lobão (PFL-MA). Os demais líderes, segundo Jefferson, entendem que no Centrão existem várias pessoas que, embora contra a comunicação do Brasil, "também não querem Sarney por cinco anos, nem são a favor do presidencialismo".